SOCIEDADE, ESTADO E PARTIDO POLÍTICO NA REPÚBLICA DE CABO VERDE

Leila M. G. Leite Hernandez*

1. A sociedade cabo-verdiana; 2. Estado e administração pública em Cabo Verde; 3. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

1. A sociedade cabo-verdiana

1.1 Introdução

É sabido, de há muito, que "nada é absolutamente novo para ser absolutamente original". O desafio de utilizar a literatura, revistas, jornais e o folclore como fontes instrumentais de trabalho para empreender a reconstituição dos mais diversos aspectos de uma determinada sociedade é inédito apenas para mim. A sociologia e a antropologia surgem enquanto ciências, ao mesmo tempo que o grande romance burguês que tem em Zola, Balzac, Stendhal e Dickens os mesmos propósitos de descrever a sociedade. Afinal, não foi Balzac que, por seu próprio método de trabalho, descobriu o método intuitivo-sintético, antecipando-se cerca de 70 anos a Max Weber?

Aliás, Wright Mills nunca fez segredo quanto à influência que teria recebido de Balzac. Bem mais recentemente, digamos, nos últimos 10 anos, as ciências sociais têm dado especial atenção à história das atividades dos comportamentos e das representações coletivas. Pode-se, noutras palavras, dizer que sem negar o seu condicionamento econômico, as pesquisas afirmam a autonomia dos acontecimentos culturais, o que equivale dizer, desatam-se os nós que frearam tantas imaginações...

Nesta linha de pensamento, a produção literária *lato sensu,* torna-se um veio riquíssimo, capaz de oferecer possibilidades para que se recupere a especialidade sócio-cultural de uma determinada sociedade, através da revelação do ideàrio dos protagonistas, da permanência ou não dos valores culturais e da possibilidade de mostrar, entre outros aspectos da estrutura sócio-cultural, como se transforma a imagem da família, do homem e da mulher, do processo de trabalho, dass relações entre o campo e a cidade.

O resultado da leitura atenta deste material nos permite compreender o sentido da socialização e da opressão cabo-verdiana bem como sua gênese. Abre possibilidades para que se possa empreender a própria anàlise do cotidiano, levando-nos a articular os elementos de uma sociedade colonial, oprimida, reprimida mas em mutação, como nas décadas que mais tarde viriam a preceder o processo revolucionário pró-independência.

Quanto a *Ilhéu de contenda,* é um "painel impressivo das grandezas e misérias do tempo colonial e que Teixeira de Souza legendou como a história do sobrado que sobrou dos sobrados soçobrados; orgulho-ilkusão duma classe que o tempo destroçou (...)"

* Doutora em ciência política pela USP; professora universitária.

Ora, como a ênfase recai sobretudo na cultura dominante, mesmo sabendo que ela contém muito do povo da cidade e do campo, impõe-se ao menos uma tentativa de recuperar a cultura popular. A escolha recai no folclore, através das cantigas de trabalho – caracteristicamente representativas da tradição oral cabo-verdiana, sobretudo nas áreas rurais. Esta postura tem como respaldo o que Cabral considera primordial para a Africa atual. Escreve: "(...) enquanto liquidamos a cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura no nosso espírito, no nosso meio, temos que criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições também, mas respeitando tudo quanto o mundo hoje tem de conquista para seguir o homem."

As implicações deste pensamento são de diversas ordens remetendo para repensar e atuar sobre os resquícios, os espólios da cultura colonial e, ao mesmo tempo, criar uma cultura alicerçada nas tradições, mas voltada para o processo de desenvolvimento da África. Ora, isto aponta para o porvir e me lembra uma observação de Benjamin: "O porvir não é um ponto objetivo previsível, nem o tempo, uma linha homogênea e vazia, mas o porvir é o possível e o tempo, o que há de vir (...)." E, enquanto não o construímos, rememorar é caminhar para a libertação e é este o sentido deste trabalho que tenta apontar para "o significado em mim" da reflexão efetuada a partir da leitura do material mencionado.

1.2 A emergência do tema e sua análise

O primeiro aspecto para que se possa refletir em torno da estrutura social de Cabo Verde é o da causalidade. A questão que se coloca é a de quais seriam os fatores responsáveis pela cultura popular e identidade nacional. A resposta, sugestiva, vem de Teixeira de Souza em *Ilhéu de contenda*: "Na realidade, nem tudo era só a economia ou o meio geográfico. Também existia a fibra de cada criatura, uma maneira de ser própria, que não dependia de fatores externos."[1]

É a idéia de pensar a cultura em sua complexidade, o que, no limite, leva a considerar a estrutura econômica como um fator necessário mas não suficiente para explicá-la. Tem a ver com outras variáveis como o clima, a raça e a técnica, que condicionam a atuação do homem no sentido de modificar ou superar o meio. Menos do que discutir as implicações ideológico-teóricas, a referência vale no sentido de apontar a importância cada vez maior de considerar a cultura cabo-verdiana como uma totalidade articulada.

Caminha nesta esteira de pensamento a tentativa de desenhar os contornos da estrutura social cabo-verdiana. Ela é composta por uma classe dominante de comerciantes abastados e de grandes proprietários de terra, sendo que o número destes diminui gradativamente por partilhas sucessivas e, às vezes, pela simples troca de atividades. Também fazem parte desta classe os funcionários do governo de primeiro escalão.

Já as classes médias apresentam um grau de complexidade maior. São constituídas por profissionais liberais como médicos, professores e enfermeiros, ao lado de funcionários públicos dos segundo e terceiro escalões e pequenos comerciantes. Grande parte do contingente que forma as classes médias resulta tanto da liberação da mão-de-obra como do afluxo de divisas estrangeiras, em especial das provenientes dos EUA, criando possibilidades de aquisição de bens imóveis por

[1] Teixeira de Souza. *Ilhéu de contenda*. Publicações Europa-América, s.d. p. 270.

parte dos descendentes dos antigos escravos. Este fenômeno ainda recorrente permite considerá-lo como um processo econômico-social ainda em curso.

Por fim, as classes populares são formadas pelo operariado citadino, por setores assimiláveis ao operariado (como pedreiros e carpinteiros) e pelos pequenos trabalhadores agrícolas.

Devido a ideologização do conflito entre estas classes sociais, parece por vezes não haver contradição entre elas. Lê-se em *Ilhéus de contenda:* "(...) Não havia rivalidade de classe porque cada um conhecia perfeitamente o seu lugar na sociedade e não havia, portanto, a confusão que ora reinava."[2]

O conteúdo ideológico, como se nota, faz com que se considere a vida material, social e cultural das classes sociais como se fosse organizada e tivesse um desenrolar natural, desde que mantidas as regras de preservação da ordem. A contrapartida é necessariamente a "confusão", forma de atribuir uma conotação negativa ao modo sob o qual as classes sociais pouco a pouco tendem a se reorientar e a se redefinir no âmbito do processo de luta pela independência.

Por outro lado, ainda pensando na estrutura de classes, é preciso atribuir ao mundo rural a importância explicativa que lhe cabe, como parte integrante do funcionamento da sociedade global. Lembro Lefebvre: "(...) mesmo quando dominara quantitativa e qualitativamente toda a vida social, a realidade rural foi durante longo tempo ignorada. Enquanto o contexto urbano com suas instituições e ideologias – os modos de produção sucessivos e suas superestruturas – estava imerso nos valores rurais e repousava sobre uma vasta base agrícola, os habitantes das cidades e suas correspondentes classes dominantes dispensaram pouca atenção aos componentes (...) desde que continuassem a se comportar bem! A vida camponesa aparecia como uma dessas realidades familiares que parecem naturais e que só muito mais tarde se tornaram objeto da ciência. O aforisma de Hegel deveria estar presente em toda metodologia das ciências sociais: 'O que é familiar não é, por isso mesmo, necessariamente conhecido'."[3]

Esta é, por si só, uma razão suficiente para que se enfrente a dificuldade de apontar algumas características do mundo rural cabo-verdiano. Mas há outra. É a importância quantitativa dos homens que vivem no campo, considerando o conjunto das ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde.[4]

A questão rural é complexa. Os homens do campo crêem que "a agricultura em Cabo Verde é conforme Deus quiser".[5] O conteúdo simbólico desta frase revela uma certa descrença, um certo abandono frente às difíceis condições ambientais. É a seca, o vento leste, a erosão pluviosa, o solo difícil de ser fertilizado. Frente a estes desafios os homens do campo se organizam basicamente em torno de duas formas de agricultura: nas culturas de regadio, no antigo morgadio, onde fornecem sua força de trabalho e nas terras marginais ao morgadio, onde plantam para sua subsistência, numa pequena faixa de terra que lhes é cedida. São formas de trabalho que guardam uma certa continuidade histórica com a sociedade escravocrata

[2] Id. Ibid. p. 176.

[3] Lefebvre, H. Perspectives de la sociologie rurale. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, *16*:122, 1953.

[4] É preciso ressaltar a importância de considerá-los, sobretudo no momento em que se pensa a reforma administrativa, uma vez que eles também serão "usuários terminais" da administração pública.

[5] Teixeira de Souza. op. cit.

da época colonial, quando os escravos tinham livres algumas horas semanais para plantar para o seu sustento. É evidente que se o aspecto fundamental, qual seja, a propriedade da terra nas mãos de poucos permanece, as relações de trabalho são hoje caracterizadas pelo salário através de contratos diversos ou em forma de uma distribuição da terra por arrendamento ou parceria. É importante ressaltar que é pequena a percentagem de trabalhadores do campo que tem acesso a parcelas de terra irrigada situadas, geralmente, ao longo do leito do vale secundário.

Quanto à organização do trabalho relativa à distribuição da terra quer por arrendamento e/ou por parceria, está assentada em mecanismos de troca regidos sobretudo pela reciprocidade, podendo ser definidos como absoluta, apoiada nas relações de parentesco, ou mesmo esporádica. O mais importante destes mecanismos é o "junta-mão", especialmente usado por famílias recém-construídas e com poucos membros. Além deste, há a "ajuda", utilizada sobretudo pelas famílias muito jovens ou idosas. E, em terceiro lugar há a "circulação de netos".[6] Pouco a pouco estas formas de trabalho comunitário começam a ceder lugar ao trabalho assalariado, em conseqüência da instalação de propriedades agrícolas privadas, dando origem ao processo de formação do operariado agrícola.

Quanto às principais atividades agrícolas é da maior importância a "cultura de sequeiro" que abrange a maior extensão de terra, onde é plantada a maior parte do milho e do feijão para a subsistência do cabo-verdiano. Há ainda, o plantio do café, cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, batatinha e mandioquinha.

É importante registrar que a atividade ocupacional do agricultor não pode ser desvinculada de um processo social e cultural específico a cada grupo. Dessa forma, o trabalho e a vida social fazem parte de uma totalidade articulada representada ao nível simbólico pelas cantigas de trabalho.[7] Elas exprimem a sensualidade, a religiosidade, os valores machistas, fruto de uma sociedade patriarcal, onde se exalta a coragem no homem e se espera, por parte da mulher, recato absoluto e subserviência.

Mas estas anotações sobre a estrutura social cabo-verdiana não se completam sem que se registre a atividade dos trabalhadores da pesca, os remadores e/ou pescadores. Também eles desenvolvem seu trabalho num esquema de ajuda mútua revelada inclusive pelo tom coletivo que reveste algumas cantigas marítimas. Trabalho e festa se completam quando o desafio da pesca é vencido e os barcos retornam aos seus vilarejos.

Finalmente, é preciso assinalar que o processo crescente dos meios de produção introduz a novidade de uma sociedade civil que se desloca através de movimentos sociais organizados em torno de associações como, por exemplo, a Organização Juvenil Cabo-Verdiana, a Associação de Mulheres, a Ortan ização dos Pioneiros Abel-Djassi-Cabo Verde, entre outras. Por seu lado, acompanhando o processo de complexificação social há, por parte do Estado, o empenho em refetivar uma política de formação de quadros e uma política laboral e de emprego, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento. É uma política que inclui a reforma do sistema educativo, introduzindo o ensino técnico-profissional e constituindo um sis-

[6] Abreu, A. Trigo de. Família e trabalho numa comunidade camponesa de Cabo Verde.

[7] Osório, Oswaldo. *Cantigas de trabalho* - (tradições orais de Cabo Verde) Ed. Comissão Nac. para as Comemorações do 5º Aniversário da Independência de Cabo Verde.

tema de formação e aperfeiçoamento extra-escolar eficaz e articulado com o ensino formal.[8]

Todos estes movimentos podem ter clara influência na criação de relações sociais mais democráticas, uma vez que se voltem para o questionamento de valores colonialistas autoritários e elitistas que ainda persistem na prática.

4.3. Os valores culturais e seus rastros

Um dos maiores empecilhos que o processo de desenvolvimento encontra em Cabo Verde é constituído pela permanência de valores culturais da época colonial. Eles emperram a organização de movimentos sociais autônomos e com maior poder reivindicatório criam obstáculos ao funcionamento adequado da administração pública. Tentar identificá-los, ainda que de forma lacunar, permite recuperar o sentido da socialização e da opressão da sociedade cabo-verdiana.

Teixeira de Souza sugere que há certo ceticismo, mesclado por fatalismo, que acompanha o homem cabo-verdiano. É como se diante dos inúmeros obstáculos impostos pela própria natureza pouco ou nada tivesse para ser construído. Há certo sentimento de impotência que se mescla à indolência, isto é, a uma certa preguiça. "A agricultura em Cabo Verde é conforme Deus quiser" é uma frase típica do conjunto de valores mencionados, que acabam desembocando numa "falta de fé no progresso", isto é, numa desconfiança de que se possa alcançar efetivamente um conjunto de mudanças capazes de garantir melhores condições de vida. Ora, estes valores, no limite, acabam desmobilizando a população e permeando a sociedade como um todo, equivale dizer, as diversas organizações e instituições da sociedade.[9]

Os outros valores a serem destacados fazem parte de um par dicotômico no qual se opõe experiência a escolaridade. É sabida a importância e o respeito que se tem aos "mais experientes", aos mais velhos em Cabo Verde. O próprio livro *Ilhéu de contenda* é rico de exemplos neste sentido, sendo inúmeras as alusões que enfatizam a importância dos "homens experimentados, com mais idade".

Por outro lado a instrução, ou seja, a escolaridade, surge como um meio de aquisição de *status*, prestígio e poder, fornecendo elementos para a ascensão social. Ora, que fazer quando os mais jovens e com maior grau de escolaridade passam a competir com os mais velhos e experientes? Que fazer quando os mais jovens não se sentem tão prestigiados quanto pretendiam e se vêem barrados na sua ascensão pelos mais velhos? Na verdade, este par de valores acentua o verdadeiro motivo da competição que, no limite, é a pequena elasticidade do próprio mercado de trabalho. É oportuno lembrar que os valores culturais criam-se e recriam-se na trama das relações sociais, da produção e reprodução da sociedade, como um todo e em suas partes constitutivas. Este ponto de vista pode ser claramente percebido na questão do preconceito racial. Complexa, apresenta-se imbricada com uma sé-

[8] Neste sentido está incluído o projeto de construção, em Praia, de uma escola técnica para 500 alunos para atuar ao lado do Centro de Formação Náutico e da Escola Técnica e Comercial, em São Vicente. Por sua vez, o Cenfa continuará a satisfazer as necessidades prementes de pessoal qualificado a nível de administração e também a nível do curso de formação judiciária. Finalmente, lembro o Instituto Amilcar Cabral e seu curso de ciências sociais com 1.400 horas/aula incluindo português, matemática, direção científica da sociedade, finanças públicas e contabilidade empresarial.

[9] Minha aposta caminha no sentido de que este conjunto de valores permeia a administração pública, impedindo-a de um funcionamento adequado, isto é, de um atendimento eficiente às demandas sociais.

rie de valores. O negro é considerado um ser inferior e, como tal, justifica-se que ele seja objeto da transcendental "tarefa cristianizadora" por parte do branco, no caso, português. Ser colonizado significa, neste contexto ser alvo de uma missão moral em nome "do interesse geral da humanidade".

De fato os portugueses – aí incluído grande número de intelectuais – acreditaram que a dominação portuguesa se fazia no cumprimento de uma "missão" e que era essencialmente diferente da de outros países europeus, já que assentada numa política de assimilação, isenta de racismo. É bem verdade que as categorias predominantes na percepção cultural do fenômeno não eram raciais, mas culturais, isto é, não se opunha brancos e negros, mas "assimilados" a "indígenas" o que, aliás, está claramente expresso no Estatuto Indígena.[10] Ora, se a assimilação não ocorria não era porque o "indígena" era negro, mas "apenas" porque era um "ser inferior", incapaz de partilhar os valores espirituais do colonizador português...[11]

Desta forma, por um processo de inversão ideológica o trabalho manual é qualificado como degradante, estabelecendo-se, mais tarde, limites entre os próprios trabalhadores.

Mas, sem dúvida, onde o preconceito aparece de forma mais complexa e não menos contundente é na bipolarização da consciência do mestiço, com relação ao negro e ao branco. É que o próprio sentimento de inferioridade do mestiço, dado o seu pecado de origem, a sua descendência do negro nativo, desdobra-se num forte desejo de ascensão social, que, no caso, significa a conquista da igualdade com o branco, definido pela ideologia dominante, como culturalmente superior. Ora, se este é um elemento que dificulta sobremaneira o nascimento de uma identidade nacional efetiva, ao mesmo tempo que cria inúmeros percalços no âmbito das relações de trabalho, notadamente na administração pública.

A solução desta problemática cultural passa pelo resgate das fontes culturais e históricas de Cabo Verde, a partir de um projeto de "descolonização das mentes" que implica um amplo debate sobre a cultura popular e a identidade nacional. Isto pressupõe discussões contínuas e sistemáticas sobre a alienação cultural, ao lado do desenvolvimento de um processo de ressocialização que estimule valores como a solidariedade social, o trabalho baseado na ajuda mútua, a criatividade, a expressividade e, sobretudo, a unidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Só assim, a luta pela libertação não será apenas um fator cultural mas, sobretudo, um fator de cultura, como ensina Amilcar Cabral.

2. Estado e administração pública em Cabo Verde

O debate em torno do Estado caracteriza-se hoje, por uma conotação cada vez menos juridicialista. A recuperação para a ciência política dos estudos sobre a forma de Estado e os tipos de regime político deve tributo ao debate travado entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas a respeito de seus respectivos livros *O estado na sociedade capitalista* (1969) e *Poder político e classes sociais* (1968).

[10] Quanto ao estatuto indígena foi abolido em 1961, como decorrência de terem emergido movimentos rebeldes, ao lado de sistemáticas críticas feitas por parte de outros países a Portugal.

[11] É importante ressaltar que as especulações raciais introduzem o tema racial, que desempenhará papel importante na imaginação social e política. Neste sentido, cabe perguntar: que papel as diferentes considerações raciais desempenham na literatura cabo-verdiana? Como se constitui o conceito de "raça" nas elaborações cabo-verdianas?

Por sua vez, não foi menor a contribuição de Louis Althusser sobre os aparelhos ideológicos do Estado, Les appareils ideologiques d'Etat (notes pour une recherche), *La Pensée*, n. 152, juin 1970. Neste texto, que marca a redescoberta da obra de Gramsci para a análise do Estado, Althusser amplia os limites do Estado para além do aparelho burocrático, fazendo incluir, na sua esfera, instituições habitualmente consideradas privadas como a família, a Igreja e os meios de comunicação. Ainda que mais tarde este artigo tenha sido retomado e refeito na abordagem de algumas questões por ele propostas, é um marco, o da descoberta da obra de Gramsci para a análise do Estado.

No que diz respeito à América Latina, a reintrodução do tema do Estado certamente foi favorecida pela longa série de estudos sobre a dependência. Até então tínhamos pouquíssimos trabalhos disponíveis sobre o tema, dentre os quais o de Marcos Kaplan, que, com prejuízo da profundidade, abrange larguíssimo período histórico e uma diversidade de situações.

Hoje, a tendência é de, cada vez mais, os estudos sobre o Estado terem como objetivo dar conta de formações históricas específicas. Neste sentido proponho um estudo capaz de explicar o Estado cabo-verdiano.

Fica clara a intenção mas isto não diminui a necessidade de precisar os limites destas primeiras e lacunares anotações sobre o tema proposto. Elas fazem parte de um primeiro momento de reflexão voltado para a elaboração de instrumentos conceituais capazes de nos permitir entender os processos históricos penetrados por lutas que assinalam a implantação e os impactos de um tipo específico de Estado.

Considero Estado como sendo uma totalidade articulada, por meio da qual se exerce a capacidade de se impor regularmente a vontade de uma sociedade limitada territorialmente, através do uso legítimo da coação física ou consensual. Esta dominação política é posta em ação através de um conjunto de instrumentos que têm por fim gerir os negócios relativos à esfera pública.

A administração pública é o conjunto de instituições que junto com o direito público são responsáveis pela organização da sociedade. Neste sentido atuam como suportes de decisões diárias, rotinizadas, capazes de prevenir eventuais crises, assim como fornecer respostas no caso de elas eclodirem.

Estas crises geralmente derivam de uma série de demandas para as quais o Estado não conta com soluções imediatas. Cito, por exemplo, queda nas taxas de emprego, aumento da taxa de inflação, baixa taxa de crescimento do PIB, além de outras variáveis como as regras de conduta econômica. O número e a variedade de problemas estimulam a expansão e a diferenciação das instituições estatais bem como a complexidade cada vez maior do direito. Espera-se assim superar os problemas e crises, muitas vezes criando instâncias de comando e coordenação capazes de superar as conseqüências negativas da dispersão institucional. Por sua vez, prioriza-se como problemática exatamente a instituição que reflete o fracionamento mais intenso da sociedade. Há, neste sentido, uma clara articulação refletida, entre as instituições públicas e a sociedade. Exemplificando: a escolha por se intervir numa área específica como recursos humanos revela uma clara cumplicidade com a sociedade numa de suas maiores carências, qual seja, a de formação e qualificação de cidadãos para que exerçam adequadamente as suas funções nas várias instituições da esfera pública.

Vale assinalar que a formulação do problema, os parceiros que se sentarão à mesa para discuti-lo e as alternativas surgidas para solucioná-lo, nos fornecerão os indicadores capazes de colocar em evidência as bases e os limites da dominação de uma sociedade, equivale dizer, a extensão do intervencionismo estatal e a ca-

pacidade real de mobilização da sociedade. Em decorrência, não há como configurar e entender a administração pública senão como um instrumento capaz de mediatizar os processos de articulação e rearticulação entre Estado e sociedade civil.

No caso específico de Cabo Verde o Estado se organiza como resultado de um processo de desintegração do espaço administrativo colonial. Impõe-se, pois, a necessidade de examinar os principais fatores desse processo que atuaram e possivelmente ainda atuam como e enquanto espólio da dominação colonialista. Neste sentido, sublinho as questões referentes à continuidade ou à ruptura entre o "Estado" colonial e o pós-independência que chamo *fundacional*, tendo como eixo da análise as questões referentes à consolidação de um Estado, realizada por "etapas" ou "saltos" que combinam o atraso e o progresso, por vezes adiando as tarefas da democratização.

O suposto é que, a partir de então, será possível entender os processos históricos penetrados por lutas que assinalam a implantação de um tipo específico de Estado e os prováveis impactos daí decorrentes.

De toda forma, se nos faltam dados relativos aos pactos procedurais, isto é, aqueles que dizem respeito às regras do jogo, reconhecendo as identidades que dele fazem parte, contamos como ponto de partida com o pacto fundacional, ou seja, com os artigos reunidos na Constituição de modo formal e explícito. E estes nos apontam para um Estado voltado para o objetivo de resguardar a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos. Isto implica a criação de uma série de mecanismos através dos quais o Parlamento, a própria cidadania e o partido político possam participar ativamente do processo de definição, controle e vigilância dos recursos públicos.

A forma e a dinâmica de todo este processo tem sido um dos grandes desafios do povo cabo-verdiano, à medida que implica varrer o entulho autoritário que persiste nas formas de representação e institucionalização do poder colonialista, criando obstáculos no encaminhamento dos problemas de diferentes grupos da sociedade. Ora, isto exige uma concentração de esforços interestruturais, isto é, capazes de atuar simultaneamente ao nível da infra-estrutura e da ideologia. No que diz respeito à criação de condições materiais de sobrevivência, Cabo Verde se defronta com a necessidade de obter um aumento significativo da produção e de reorientá-la ao lado de uma diferente concepção de distribuição.

Também neste sentido, é preciso pensar a administração pública como um sistema institucional de articulação do poder capaz de encorajar a comunidade a participar da implementação de programas, assegurando as condições para o surgimento de novos laços de sociabilidade.

Há de se considerar também que, ao lado da solução destas questões, os caboverdianos se defrontam com a necessidade de reconstruir suas fontes culturais e históricas, a partir de um projeto de "descolonização das mentes" ou "reafricanização das mentalidades" que implica, necessariamente, um complexo debate sobre a cultura e a identidade nacionais. Ora, tudo isto envolve fundamentalmente uma decisão política coerente com o projeto de sociedade que se procura criar. Como a utopia aponta para a construção de uma sociedade livre e igualitária, exige uma mudança radical que tem como uma de suas metas fundamentais quebrar as resistências da velha ideologia ainda presente. E a opção primeiro deve recair sobre o sistema educacional.

Há de se salientar também que o alcance e a eficácia das instituições públicas constituindo um reforço para que a sociedade se mobilize, encontra nos modernos meios de comunicação um instrumento eficaz, se orientando no sentido de repre-

sentar novas noções e valores voltadas para o desenvolvimento, capaz de romper os liames do processo de subdesenvolvimento progressivo.

Esse conjunto de fatores leva a requalificar a administração pública, formulando critérios para a criação de um espaço que ao mesmo tempo delimite o grau de autonomia das organizações e garanta aos vários setores sociais encaminhamento de suas demandas. Este será um passo decisivo no processo de construção de uma sociedade realmente livre e igualitária.

3. O partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)

3.1 Um pouco da história do partido

O que se quer saber sobre o PAICV? A questão nos remete para a articulação entre partido, Estado e sociedade civil. E as possíveis respostas podem ser buscadas quer pelo lado da crônica política, quer pela análise sociológica. No primeiro caso, tem-se que o PAICV é o "partido das massas", "o partido da libertação nacional", "a vanguarda revolucionária da sociedade". O segundo aponta para a necessidade de captar a constituição do partido como sujeito político com todo o dinamismo próprio deste processo. Trata-se de, tendo como ponto de partida a especificidade histórico-conjuntural em que surge e atua, discutir seus fundamentos ideológicos e políticos.

Neste sentido, sabe-se que o PAICV é fruto de um processo de luta pela independência cujas raízes mais remotas podem ser encontradas nos protestos em Santo Antão, em 1886, contra o domínio português. Ao lado destes movimentos, alinham-se outros como, por exemplo, a greve dos trabalhadores das companhias carvoeiras e a revolta da guarnição de canhoneira zambeze, em 1910, na ilha de Santiago.

Além desses movimentos sociais é preciso registrar a atuação política de intelectuais e artistas como Eugênio Tavares, autor de "mornas" contendo críticas político-sociais na ilha Brava, e Pedro Cardoso, jornalista. Ambos assumem uma postura nacionalista e declaradamente revolucionária.[12] Destaca-se, ainda, entre os anos de 1910 e 1945 o período "Manduco", que é o antecessor do grupo mais tarde conhecido como dos "Claridosos" composto, entre outros, por João Lopes, Manuel Lopes, Manuel Velosa, Fernando Torres, Jaime de Figueiredo, Quirino Spencer e Baltazar Lopes. A importância político-ideológica dos "claridosos" reside no fato de através da revista literária cabo-verdiana *Claridade*, em 1936, debater temas como a seca, as deportações políticas para Cabo Verde, as primeiras levas para o Sul, a diáspora e a primeira manifestação popular e São Vicente contra a fome e o desemprego. É uma revista que assume a postura de porta-voz das reivindicações populares, apresentando uma influência socialista cada vez mais nítida, tanto no que diz respeito aos temas escolhidos como na maneira de abordá-los. É importante salientar que os nove últimos números de *Claridade* são editados entre 1947 e 1960.

Coetânea à última fase de *Claridade* surge entre 1944 e 1960 *Certeza*, uma revista de tendência progressista, feita por elementos da Academia Cultivar, que superando o regionalismo denuncia abertamente o colonialismo e se insere no debate

[12] O exemplo mais notório é *O de à Africa*, de Pedro Cardoso, dedicada aos delegados portugueses no Congresso Pan-Africano, em Bruxelas e Paris, no ano de 1921.

contemporâneo pós-II Guerra Mundial, polarizado político-ideologicamente entre fascismo e democracia.[13]

Neste contexto de contestações crescentes é que os temas da unidade africana e da independência ganham cada vez um número maior de adeptos, sendo fundado entre outros por Amilcar Cabral, a 19 de setembro de 1956, Bissau, o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Tendo à frente o PAIGC inicia-se, em 1963, a luta armada em Guiné, acompanhada da continuidade do processo de mobilização popular e luta política clandestina em Cabo Verde. Aliás, a ascensão da vaga reivindicatória pró-independência em Cabo Verde se acentua desde 1961 quando, proporcional a ela, começa a crescer o número de presos.[14] São inúmeras as ações populares dos diversos segmentos da sociedade, como a revolta dos trabalhadores em Santo Antão e dos estudantes em São Vicente, dentre outras, crescendo o número de presos e torturados nos campos do Tarrafal, assim como nos de Cumene e São Nicolau, em Angola. Por sua vez, também em Portugal, considerável número de estudantes e trabalhadores cabo-verdianos, residentes em vários países europeus, passa a integrar as estruturas clandestinas do partido na luta pela independência, sendo que vários deles participam inclusive da luta armada em Guiné. O processo de repressão violenta recrudesce e atinge um dos seus pontos máximos com o assassinato de Amilcar Cabral.

Mas, apesar do esforço no sentido de desbaratar o movimento, realiza-se em julho de 1964 o II Congresso do PAIGC, onde se reitera a decisão de intensificar a luta em Cabo Verde, a fim de poder iniciar a luta armada. Por sua vez, a Comissão Nacional de Cabo Verde (CNCV), composta por cinco membros e presidida por Pedro Pires, deveria desempenhar também uma ação diplomática que reafirmasse o direito do povo cabo-verdiano à independência e à autodeterminação. A esses mecanismos de luta acrescente-se a derrubada do governo português em 25 de abril de 1974, como um dos fatores que acelera o processo de independência, abrindo uma nova fase da luta, agora voltada para o reconhecimento da República de Guiné-Bissau e do direito à independência. Significa dizer que a luta, revestida de nacionalismo, se orienta, tanto no combate à Junta de Salvação Nacional portuguesa, que se opõe à independência de Cabo Verde, como contra os grupos cabo-verdianos "federalistas", opostos, portanto, aos objetivos do PAIGC na luta pró-independência.

Esta luta adquire maior dimensão política em agosto de 1974 quando chegam a Cabo Verde vários militantes, alguns dos postos de direção da luta armada, possibilitando que se consolide a organização partidária, criando possibilidades reais de intensificação da ação política. A postura hegemônica passa a ser de uma solução negociada para a independência, o que implica a apresentação de uma proposta à Organização das Nações Unidas (ONU), de formação de um governo misto de transição, que teria como objetivo central preparar a realização de eleições democráticas que promoveriam a independência de Cabo Verde.

Este projeto se impõe e se desenvolve no âmbito de um processo intenso de mobilização, onde é bastante significativo o ascenso dos movimentos reivindicató-

[13] Cardoso, Pedro. *Folclore cabo-verdiano*. Sol. Cabo-verdiana, 1983; Romano, Luiz. Cem anos de literatura cabo-verdiana: 1880-1980. *Revista África*, USP, SP, (7), 1984; Semedo, Manuel Brito. O papel das folhas e dos suplementos literatários na literatura cabo-verdiana. *Vozdipovo*, 7 out. 1987.

[14] Estes dados estão contidos em O partido, Documentos do II Congresso, PAICV, 1984. Um dos acontecimentos mais notórios desse processo de luta ocorreu em 1969 quando foi julgado um grupo de militantes. O significado político deste fato é que com isto o PAIGC tem o reconhecimento explícito do governo português.

rios. Recordo, a título de exemplo, os protestos feitos ao presidente da Junta de Salvação Nacional de Portugal, na ilha do Sal, os embates entre cabo-verdianos e grupos de militares pró-fascistas portugueses, em São Vicente e Praia, a ocupação da Rádio Barlavento, em Mindelo, e as várias greves que eclodiram por todo o país em apoio ao PAIGC. Finalmente, em 5 de julho de 1975, é proclamada a independência nacional para mais tarde se realizar o III Congresso do PAIGC, de 16 a 20 de novembro de 1977, em Bissau, onde se estabelecem diretrizes político-partidárias tendo em vista construir complementarmente a unidade e o desenvolvimento integrado dos dois países.

Entretanto, o golpe militar em Guiné-Bissau em 14 de novembro de 1980 torna inviável o PAIGC, promovendo a sua cisão. Dela nasce, em 20 de janeiro de 1981, na cidade de Praia o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

3.2 Estado e partido

Segundo o art. 4º da Constituição cabo-verdiana:

"1. Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a força política dirigente da sociedade e do Estado.

2. No desempenho da sua missão histórica, o PAICV exerce o seu papel dirigente na base da presente Constituição, cabendo-lhe designadamente:

a) estabelecer as bases gerais do programa político, econômico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado;

b) definir as etapas de reconstrução nacional e estabelecer as vias de sua realização."[15]

O Documento 'O estado', elaborado para o II Congresso do PAICV, sintetiza o papel do partido, considerando-o "força dirigente (que) tem por missão orientar, coordenar e controlar, enfim, dirigir o desenvolvimento da sociedade e as atividades do Estado".[16] E, mais adiante, define que "a direção do partido sobre o Estado deve traduzir-se na orientação genérica e na coordenação, no controle, no seguimento e acompanhamento das atividades do Estado, na fixação das suas metas, na definição das vias que ele deve seguir e na fiscalização dos seus passos."

Aceitando portanto a premissa do controle do Estado pelo partido o problema consiste precisamente em qualificar o Estado em questão, bem como a sociedade cabo-verdiana para a qual o partido reivindica o papel de vanguarda no processo de luta: a) pela unidade africana; b) pela supressão da exploração do homem pelo homem; c) pelo desenvolvimento, paz e justiça social. Noutros termos: o partido tem vínculos imediatos tanto com o Estado como com a sociedade civil, exercendo a função de selecionar, agregar e transmitir suas demandas tornando-as objeto de decisão política.

Mas, toda a questão da articulação entre Estado, partido e sociedade civil se apóia na premissa da unidade nacional e visa garantir a construção de um modelo de representação que abarque todos os níveis da sociedade, tendo o desenvolvimento como seu objetivo maior. É preciso dizer que o desenvolvimento é entendido como o processo histórico de construção de uma estratégia para a libertação nacional e pela unidade africana. Compreende tanto a luta pela soberania, como

[15] Constituição da República de Cabo Verde. p. 11.

[16] *O Estado*. Documento para o II Congresso no PAICV. Ed. DIP do PAICV, maio 1983. p. 19.

envolve a construção de uma democracia capaz de resolver o velho e sempre reatualizado desafio de se alcançar igualdade com liberdade. Este conceito de desenvolvimento permite pensar o papel precípuo do partido não no sentido de gerir o Estado e a sociedade civil, mas sim de participar da direção do processo de criação de condições políticas possíveis para a transformação global e democrática da sociedade, através da criação de canais para que o povo venha a participar da direção do processo. Portanto, é primordial que se criem processos de participação popular para as mudanças, isto é, que ao lado dos canais institucionalizados de acesso ao poder se crie condições para que a sociedade como um todo se organize politicamente. Ora, isto recoloca a questão da articulação orgânica entre Estado, partido e sociedade civil, o que significa tomá-los como elementos para uma análise que possa recuperar a natureza, estrutura e funções de cada um, no âmbito de um processo que abra novos caminhos capazes de diminuir todo e qualquer tipo de desigualdade. Neste sentido, cabe repensar a especificidade histórica do Estado de Cabo Verde, organizado "como resultado de um processo de desintegração do espaço administrativo colonial"; este Estado, que chamo *fundacional*, e que tem por objetivo romper com os principais fatores do processo que atuou e, quem sabe ainda atue, como e enquanto espólio da dominação colonialista.[17]

Uma análise correta deste Estado leva ao registro de que o seu embrião está contido no PAIGC. Significa que ele nasce do e no processo de luta pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde do jugo português. É esta circunstância histórica que vincula Estado e partido, tornando seus objetivos prioritários comuns. A propósito, são eles:

"a) a defesa e a consolidação da independência e da unidade nacional;
b) o desenvolvimento e fortalecimento do regime de democracia nacional revolucionária;
c) a edificação duma economia nacional independente e das bases do progresso econômico e social;
d) o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações de produção;
e) a satisfação crescente das necessidades básicas da população."[18]

Toda a questão consiste, pois, em se distinguir com clareza Estado e Partido. Direi que Estado é "uma totalidade articulada, por meio da qual se exerce a capacidade de se impor regularmente a vontade numa sociedade limitada territorialmente, através do uso legítimo da coação física ou consensual". É uma dominação que tem como instrumentos de ação a administração e o direito público.[19]

Ora, o Estado em questão é o cabo-verdiano, com sua característica específica, aliás coincidente com a do partido, de estar voltado para suprimir toda e qualquer dimensão da exploração do homem pelo homem, seja ela econômica, social, política ou cultural *sticto sensu*. Isto quer dizer que por meio das reformas do direito, da justiça e administrativa o Estado cabo-verdiano direciona os seus instrumentos para que possa caminhar no sentido de obter a igualdade. No caso da reforma da justiça a proposta central é de consolidação e alargamento dos tribunais populares,

[17] Hernandez, Leila M.G. Leite. Algumas notas introdutórias sobre Estado e administração pública. SP, Fundap, 1987.

[18] O Estado. documento cit., p. 6.

[19] Hernandes Leila M.G. Leite. Algumas notas... op. cit.

seguida da criação de condições capazes de garantir a participação da população nos tribunais de nível superior.[20]

Por sua vez, no caso da reforma administrativa, é preciso entendê-la como um processo de substituição de alguns aspectos característicos do poder colonial que ainda persistem, o que implica a reestruturação do próprio aparelho da administração pública voltando-a para o desenvolvimento. "A reforma da administração pública deverá, assim, ser global – abrangendo os serviços do Estrado, os da administração local, os autônomos e as empresas públicas – de modo a permitir a direção planificada da economia, a contribuir para o aumento da produção e da produtividade, a assegurar uma participação popular cada vez mais efetiva e dinâmica, a respeitar os direitos e interesses dos cidadãos, a aproximar os serviços das populações, a adaptar esquemas e soluções capazes de aperfeiçoar o controle da ação administrativa a evitar a burocratização e a corrupção, a criar um poder descentralizado, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação.

O aparelho administrativo do Estado deve, pois, assumir as seguintes características essenciais:

– garantir uma efetiva participação dos cidadãos na vida pública;
– nortear-se pela preocupação de ir ao encontro dos cidadãos, organizando-se, na medida do possível, de forma descontrolada e descentralizada;
– guiar-se pela racionalidade e eficácia, evitando os excessos formalistas e o peso do burocratismo, dando, deste modo, maior celeridade ao tratamento dos problemas e das questões, menor sobrecarga e menos incômodos para os utentes do serviço público, e também, uma relativa poupança para a economia nacional;
– respeitar a lei, os direitos e os interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o que implica responsabilidade, ausência da prepotência e do absentismo;
– ser responsável, sujeito à fiscalização e ao controle e obrigado à prestação de contas, protegendo-se da corrupção e garantindo a produtividade.

Em suma, uma administração norteada pelos princípios da participação efetiva e dinâmica dos cidadãos, da desconcentração e descentralização, da racionalidade e aumento da produtividade, do respeito pela lei, direitos e interesses legalmente protegidos, da fiscalização, controle e incorruptibilidade; é a administração de que o Estado deve dispor e que se deve instituir em nosso país."[21]

Todos estes requisitos devem ser considerados pelas instituições estatais, de vez que por meio deles se atribui a possibilidade de garantir a extinção da exploração do homem pelo homem e, por conseqüência, a igualdade juridicamente proposta. De toda forma, são requisitos que se referem ao conjunto das organizações públicas que mediatizam a relação entre Estado e sociedade. Portanto, seu funcionamento diz respeito a toda a sociedade, isto é, à sociedade de classes cabo-verdiana. E aí está justamente, o nó górdio da questão. Como se obter uma unidade administrativa numa sociedade fracionada se há, entre ambas, uma articulação refletida, aliás, em decorrência direta da articulação refletida entre Estado e sociedade civil?

Estou sugerindo que há um descompasso entre o discurso, que é equalizante e homogeneizador, e a realidade, o presente histórico que está sendo construído.

[20] *O Estado*. op. cit. p. 14.
[21] *O Estado*. op. cit., p. 11 e 12.

Como resolvê-lo é um desafio que se coloca à nação cabo-verdiana como um todo e, especialmente, ao PAICV. Neste contexto, cabe ao partido a articulação *política* entre Estado e sociedade civil, o que diz respeito diretamente à esfera do poder, entendido como uma relação que não se concentra apenas no Estado, sendo possível ser construída no âmbito da própria sociedade. Dito isto, cabe perguntar: qual o trabalho político do Partido para promover a aproximação histórica das classes populares com relação ao Estado, lutando efetivamente contra todos os laços de subjugação?

Ao que tudo indica, a resposta a estas questões tem a ver com a concepção de democracia nacional revolucionária que se quer construir. Vejamos: "A democracia nacional revolucionária é a expressão da concepção partidária da democracia: sistema em que as massas participam de fato na gestão da sociedade, tanto na elaboração e na aplicação das decisões que lhes dizem respeito, como no controle das massas." Esta participação, ou seja, a capacidade de intervir coletiva, organizada e efetivamente é preocupação constante do PAICV na qualidade de vanguarda política. Consta de um de seus documentos, que ao partido cabe: "Assumindo-se como vanguarda política, orgânica e ideológica do povo, para organizar e educar as massas, forjar a sua consciência revolucionária no sentido do exercício pleno do papel de sujeito da própria história – eis o outro traço marcante da política do PAICV."[22]

3.3 O partido e a articulação da sociedade

A construção de um Estado com respaldo social e legitimidade, deriva do grau de permeabilidade às demandas advindas da sociedade civil, isto é, da esfera das relações sociais, do terreno em que se coloca a disputa fundamental através de seus elementos constitutivos, que organizam e dão sentido à atividade humana, como as classes sociais, as organizações sociais, as igrejas, as escolas e a imprensa. Por outro lado, é primordial que sejam criados processos de participação popular, através dos quais a sociedade como um todo se organize politicamente. Este trabalho de articulação que é, em última instância, o de aproximar historicamente as classes populares com relação à questão do Estado, é tarefa do partido político. Significa que considerando-o instrumento válido, da sua eficácia depende a maior ou menor mobilização da sociedade.

A ênfase passa então a recair sobre a criação de formas de democracia de base que sejam fortemente compatíveis com as formas de representação direta, isto é, com as formas de delegação de poder. Ora, isto diz respeito à concepção de uma sociedade realmente democrática, contando com meios capazes de estabelecer uma nova relação entre governantes e governados. E isto envolve diretamente a qualidade do processo de participação popular, enquanto um instrumento da sociedade capaz de criar poder.[23] Em Cabo Verde, a partir de 1978, esta exigência do próprio processo de desenvolvimento, segundo as orientações traçadas pelo III Congresso do PAICV, é feita através das organizações sociais e das instituições locais de poder. Dentre as primeiras destacam-se as organizações de massa como a Ju-

[22] *O partido*. Documento para o II Congresso do PAICV, Ed. do DIP do PAICV, mar. 1984. p. 14.

[23] O PAICV considera a participação mais que um direito, um hábito do cidadão, enquanto meio de garantir a não-discriminação, sobretudo política, da população. Consultar a este respeito: *Informação*. Boletim interno editado pelo DIP do PAICV, n. 5, 1987.

ventude Africana Amilcar Cabral, de Cabo Verde (JAAC-CV), a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde Central Sindical (UNTC-CV) e a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Por sua vez, as instituições locais de poder compreendem as Comissões de Moradores, os Tribunais de Zona e as Milícias Populares.

As organizações de massa são consideradas como tendo "funções auxiliares" e "complementares" às do partido. Neste momento do processo de transição cabo-verdiana é preciso que se perceba o processo de mudança (ou reforma) no conjunto, ao lado da percepção de cada um como parte do processo para que, da atuação efetiva das organizações de massa, seja possível uma rearticulação política com o Estado. Isto contém tanto uma implicação social, de natureza substantiva, que diz respeito especificamente às variáveis propriamente econômicas, como uma implicação política que abrange acordos de natureza normativa, como as regras e conduta políticas que possam levar, efetivamente, à instauração da democracia. A batalha das organizações de massa está em promover a articulação de identidades comuns, lutando pela afirmação de direitos coletivos diante do Estado.

A JAAC-CV é a organização de massa que mantém laços mais estreitos com o PAICV, tanto sob o ponto de vista ideológico como no que diz respeito a sua estrutura interna. Fornece a maior parte dos militantes e quadros do partido, o que lhe confere um caráter de vanguarda, competindo-lhe a incumbência de mobilizar e organizar a juventude de Cabo Verde. Cabe ainda à JAAC-CV dirigir a Organização dos Pioneiros Abel-Djassi-Cabo Verde (OPAD-CV) orientando, assim, a formação das crianças cabo-verdianas no âmbito dos parâmetros ideológicos do PAICV.

Quanto aos sindicatos de trabalhadores, estão reunidos numa central sindical: a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde Central Sindical (UNTC-CS). Um dos seus objetivos é o de "elevar a capacidade profissional e o nível de consciência dos trabalhadores cabo-verdianos como via para sua crescente participação na gestão econômica do país e para o aumento geral da produtividade no trabalho e da produtividade nacional".[24] Elas apresentam reinvindicações específicas dos trabalhadores e intervêm no âmbito da legislação trabalhista, da formação profissional, das ações culturais e da organização do tempo livre dos trabalhadores.

Por sua vez, à Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) cabe educar em especial as mulheres, tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais, mobilizando-as e organizando-as na luta pela plena igualdade entre o homem e a mulher. No seu trabalho há uma proposta específica em relação aos valores culturais, isto é, a OMCV tem como um de seus objetivos centrais lutar pelo desaparecimento dos mais variados preconceitos contra a mulher, questionando-os sistematicamente.

Finalmente, cabe uma referência às cooperativas, como instrumentos de participação das massas populares na gestão da economia e à organização dos camponeses, fator primordial para que se efetive o processo de reforma agrária.

Em relação às instituições locais do poder, datam de antes da proclamação da independência, surgem apoiadas nos comitês do partido e inspiradas na experiência das zonas libertadas em Guiné-Bissau. Elas antecedem, pois, a própria criação do Estado cabo-verdiano. Só após a independência é que surgem os conselhos deliberativos, as comissões de moradores, os tribunais de zonas e as milícias popula-

[24] *A participação popular*. Documento do II Congresso, ed. DIP do PAICV, maio 1983.

res. São instituições complementares que desenvolvem suas atividades em estreita cooperação entre si e com as organizações sociais. São instituições de poder com competência definida, mantêm vínculos orgânicos com outros órgãos de poder da comunidade, sendo efetuadas eleições tanto para os conselhos deliberativos como para as comissões de moradores.

O poder local é, portanto, entendido como sinônimo de região autônoma, capaz de exercer a autogestão. Isto significa uma organização da produção baseada no cooperativismo, aponta para a necessidade de se criar tecnologias alternativas, ao mesmo tempo que requer uma organização social assentada no exercício da democracia direta. Em síntese, é uma nova forma de apresentação de interesses coletivos cuja ênfase recai sobre as relações humanas e comunitárias. O trabalho político do partido está em desenvolver um trabalho ideológico e, ao mesmo tempo, de mobilização e organização que desperta nos cabo-verdianos a consciência da legitimidade de novos direitos e de novas formas de apresentação dos interesses coletivos.

Isto leva a uma série de questões, desde a de maior abrangência, que diz respeito a qual o projeto geral da sociedade para os grupos que compõem os poderes locais, até as mais específicas, sobre a relação dos grupos reivindicantes com o poder público, a interação destes grupos com as agências públicas e, por fim, a dinâmica destas relações com os diversos serviços públicos. Além disso, é preciso ter sempre presente que os processos de mobilização e organização em cada ilha, ainda que apresentando semelhanças, podem desembocar em modos de negociação específica, segundo as próprias formas de articulação entre os grupos reivindicantes e as agências que recebem as demandas. Em síntese, é necessário um aprofundamento desta dinâmica local, o que só pode ser efetuado mediante a observação das agências operando no contato com a clientela local. Significa dizer, um trabalho de campo capaz de captar a competição de interesses e as demandas, ainda que fragmentadas, da população. Ora, como cada espaço administrativo deve ter suas próprias regras e também as reivindicações são diversas, é necessário proceder a uma análise específica de cada ilha que contenha dados sobre a população local, tais como: quais são os grupos atuantes, suas lideranças, suas formas de associação, as formas de contato com as agências e a rotina de atendimento ao público, por exemplo. Noutros termos: este é um trabalho que diz respeito à elaboração de uma análise da estrutura político-administrativa. A título de exemplificação tomem-se as comissões de moradores. Compreendê-las requer saber: a) quando e como surgem estas comissões; b) se são integradas da sua maioria por trabalhadores urbanos ou rurais; c) qual o seu papel no âmbito do poder local. Por sua vez, há uma clara necessidade de informações sobre o próprio poder local, expressas nas seguintes questões: a) como está estruturado político-administrativamente o poder local? b) como o poder local se articula com o partido? c) como o poder local se articula com o governo?

Trata-se de reconhecer nestas questões a preocupação de efetivamente poder realizar uma leitura dos poderes locais, recuperando suas experiências, suas práticas construídas dentro do cotidiano, frisando a necessidade de relacionar a análise das reivindicações com um quadro teórico e de pesquisa mais abrangente.

Neste quadro de idéias, ao PAICV cabe a difícil tarefa de acentuar a idéia de que o poder não se concentra apenas no Estado mas se constrói na sociedade.